

PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NA ESCOLA PÉ DO MONTE

Dalva Dos Santos Santana

Introdução

Eu Dalva dos Santos Santana, professora Pataxó, comecei a trabalhar na educação desde 1997 na Escola Indígena Pataxó Boca da Mata como secretária, após dois anos, passei a ser coordenadora da mesma, e como na época, as escolas próximas eram nucleadas, a Escola Boca da Mata respondia por outros estabelecimentos.

Com todo o tempo que já se passou, as escolas continuam passando por dificuldades e, umas das principais causas, é a falta de respeito por parte dos governantes para com as comunidades indígenas.

Em 2000, quando os pataxós retornaram para o Parque do Monte Pascoal, as famílias que lá se instalaram me procuraram para que eu pudesse mandar uma professora para trabalhar com aqueles alunos que estavam acompanhando seus pais. Este fato deu início à educação escolar indígena na aldeia Pé do Monte. Com isso, a nova sala de aula passou a ser nucleada sobre a direção da Escola Indígena Boca da Mata.

Nessa época, eu já era coordenadora de Boca da Mata, passei a coordenar mais essa sala de aula. Então, em 2007, essa sala de aula passa a ser uma escola e eu assumo a sua coordenação. Atualmente, lá tem 3 salas de aula com uma média de 82 alunos do primeiro ao nono ano.

Como coordenadora percebi a necessidade de elaboração de material didático específico para sala multisseriada, devido as reclamações dos educadores.

O referido material está sendo elaborado pelos educadores desta instituição, que com base nas práticas e vivências em turmas multisseriadas, elaboram atividades específicas e multidisciplinares para atender cada série/segmento em suas especificidades. Para dar suporte à essa elaboração, foi aceito pela comunidade uma parceria com o instituto Federal da Bahia, por meio do PET – Conexão de Saberes, para construir livros didáticos para séries iniciais do ensino fundamental.

O livro que está sendo construído é voltado para as turmas multisseriada, isso de acordo com a realidade da escola.

A falta de livros didáticos que proporcionem aos indígenas dessa região a possibilidade de discutir, por meio da escrita e da leitura, sua cultura nos preocupou. Assim deve-se ter como ponto de partida para a constituição de materiais a realidade comunitária, pois nós índios sabemos que nossas características são dinâmicas, isso tanto nossos costumes quanto nosso idioma, além da língua portuguesa, hoje falada por nosso povo.

A escola é um dos principais aliados dos povos indígenas na luta por um espaço que provê uma educação diferenciada. Somente assim, ela garantirá a qualidade e o respeito à diversidade sociocultural que decorre do processo de resgate e conscientização dos direitos e deveres destes grupos. Inclusive, nas batalhas mais amplas, que são: a garantia de nossas terras, do direito à saúde, entre outros.

A Educação Escolar Indígena vem impetrando, avanços expressivos no que diz respeito a legislação que a regula. Têm-se hoje leis bastante adequadas quanto ao conceito da necessidade de uma instrução característica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto há enormes desordens e contradições a serem sobrepujadas.

Os artigos 210, 215 e 231 da Constituição Federal asseguram às comunidades indígenas a utilização de seu próprio processo de aprendizagem. Estabelecem como dever do estado, em parceria com os Municípios, que as manifestações culturais de cada povo, deve ser protegida.

A Resolução 03/99 CEB/CNE estabelece que a escola indígena será criada por iniciativa das comunidades indígenas interessadas, respeitando as representações sociais de cada grupo. Assim, compete a União legislar, estabelecer políticas e diretrizes e apoiar financeiramente técnicas para o desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa com ênfase na formação de professores e de pessoal técnico especializado.

Progressos e acordos na área de educação escolar indígena se deram de tal maneira no plano legal como no plano administrativo. Entretanto, ainda não se estruturou um princípio que acolha as necessidades educacionais dos povos indígenas de acordo com seus interesses, respeitando seus modos e ritmos de vida, protegendo o papel da comunidade indígena na aceção e no funcionamento do tipo

de escola que almejam. A impressão que se traz é que a educação escolar indígena anda a passos arrastados, sem progredir em direção a conquistas almejadas, pois numerosos empecilhos são encontrados a cada período.

Pesquisa Participativa

Segundo Gajardo (1986), o termo "pesquisa participante" é utilizado para falar sobre diversos esforços que objetivem incorporar grupos excluídos. Desta forma, essa pesquisa é abrangente, isto é, envolve a comunidade da aldeia estudada em geral, ou seja, de maneira simples, com comunicação individual, o grupo aparece neste estudo.

Assim, este trabalho tem o objetivo de apresentar a elaboração de material didático a ser empregado na escola da aldeia Pé do Monte, localizada no Estado da Bahia. A partir desta análise, procurar recursos coletivos para a preparação desses materiais, valorizando a experiência e a tradição da Aldeia Pé do Monte. Para tanto, deve-se instituir uma metodologia de ensino. Para que possa alcançar as necessidades linguísticas e pedagógicas do povo indígena, envolvendo a comunidade na discussão sobre o papel da instituição escolar.

Educação Escolar Indígena Pé do Monte

A educação continua sendo a única porta que nós povo pataxó temos para brigar pela conquista do nosso tão sagrado território que é para o nosso povo a maior conquista que estamos lutando todos esses anos a regularização.

Nessa sessão irei analisar educação para o povo pataxó de acordo com a fala do cacique Osiel:

“A escola é a única porta para preparação dos kitok (crianças), isso para conseguir se preparar para lutar por seus direitos. Por isso, nós ainda confiamos que só através dessa educação poderemos mudar o rumo dessa história.”

Essas crianças que hoje estão estudando são elas que vão brigar pela demarcação das nossas terras de origem. Contudo, para chegar à importância da escola para a Aldeia Pataxó Pé do monte é importante, primeiramente, contar a história desse local.

História do Povo Pataxó da Comunidade Pé Monte

As perdas do povo Pataxó não se restringiram somente ao seu contingente populacional, mas também se estenderam para determinadas práticas culturais, no redimensionamento dos seus modos de viver, na relação que estabelecem com a natureza e em algumas tradições construídas e mantidas por centenas de anos.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estima que atualmente vivam no Brasil cerca de 460 mil índios, perfazendo 0,25% do total da população nacional. Segundo Guimarães e Grubits (2007), há indicadores de crescimento populacional, diante da continuidade dos mecanismos de proteção de taxas de natalidade superiores à média do país. Entre as comunidades indígenas é rica a diversidade étnica e pelo menos 180 línguas são faladas, formando mais de 30 famílias linguísticas distintas. Informação oficiais deste órgão, sobre o mapa de distribuição dessa população no território brasileiro, mostram que vivem atualmente no Estado da Bahia, aproximadamente 17 mil índios, aglutinados em 15 grupos 6 distintos, dentre eles o Pataxó.

De acordo com publicação da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (BAHIA, 2005), em parceria com o Ministério da Educação e com professores indígenas, intitulada *Leitura Pataxó: Raízes e Vivências do Povo Pataxó nas Escolas*, o significado da palavra **“Pataxó” tem origem no barulho do mar**; quando **as ondas batiam nas pedras do Monte Pascoal, ouvia-se “pa-tá, e ao recuarem, “xó”** era o som ouvido, formando assim a etimologia do termo.

Ainda hoje, a sua nomenclatura mantém-se preservada, sendo aproveitada para descrever alguns índios que habitam o sul do Estado da Bahia. A história desse povo foi marcada em especial por uma interrupção conflituosa referente à perda da terra que habitavam até meados do século XX.

Em 1940, existia na região sul da Bahia apenas uma tribo Pataxó, conhecida como a Aldeia Mãe de Barra Velha, onde todos os índios da localidade viviam. Após um estudo realizado pelo Governo Federal sobre a demarcação da área indígena no Estado, baseado no decreto Lei nº. 12729 de 19 de abril de 1943, o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal foi fundado e os índios que habitavam esta aldeia foram obrigados a deixar o local. A expulsão das suas terras fez com que eles se organizassem em uma pequena comitiva, liderados pelo capitão Honório, seguindo para o Rio de Janeiro e Brasília no intuito de reivindicar o reconhecimento legal desta área que ocupavam há séculos (SOTTO-MAIOR, 2005).

Em 1951, o grupo retornou a Barra Velha acompanhado de dois supostos agentes governamentais, a fim de auxiliar na demarcação da terra Pataxó.

Estes conquistaram a confiança das lideranças locais e convenceram um grupo de índios a saquear um estabelecimento no povoado vizinho. A ação terminou por promover uma brusca e violenta reação por parte da população e dos policiais da redondeza. Como consequência, a aldeia foi cercada e a polícia disparou contra os índios que tentaram resistir. Ao final, ela foi incendiada, muitos índios foram espancados e mortos, alguns presos, mulheres foram estupradas por soldados e moradores da região, e grande parte da aldeia debandou, dispersando-se e aglomerando-se em novos pequenos grupos (SOTTO-MAIOR, 2005). Esse acontecimento ficou conhecido como o “Fogo de 51” e é retratado pelos Pataxó que vivem na Aldeia Pé do Monte.

Esta confusão é um marco respeitável para os Pataxós, que reflete não excepcionalmente na concepção cultural dos índios ali localizados como também tem consequências na maneira como as tribos se remanejaram. É comum ouvir-se explicação entre eles a respeito de versões do episódio, em embates informais, em discussões das lideranças e até mesmo na conversa com os visitantes.

Após o massacre ao qual foi submetida, a relação com culturas desiguais tornou-se mais compreensível, já que a Aldeia Mãe de Barra Velha localizava-se numa região de difícil acesso no meio da floresta, enquanto as tribos formadas após essa diáspora encontram-se muito próximas das cidades. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) realizou alguns estudos na área, para mapear a forma como os índios se agruparam e conhecer o número de nativos que resistiram ao atentado e permaneceram no local.

É em torno do Monte Pascoal que atualmente se localiza a Aldeia Pé do Monte. A distribuição espacial das casas que a compõem sugere pistas sobre a sua organização social. A residência do cacique localiza-se em posição privilegiada, na entrada do Parque de onde ele consegue observar o que acontece na aldeia e acompanhar o movimento das pessoas que ali chegam.

As famílias são numerosas, com muitos filhos e os casamentos acontecem por volta dos 15 e 16 anos para ambos os sexos, prevalecendo a união entre os próprios índios. Os homens são considerados figuras de respeito na constituição familiar. O trabalho na aldeia é diferenciado pelo gênero: enquanto os índios cuidam das tarefas na roça e na manutenção da aldeia, as índias são

responsáveis pelos afazeres domésticos, preparo da alimentação, confecção de artesanato e cuidado com as crianças. Para o desempenho dessas tarefas são auxiliadas pelas filhas maiores. As crianças são criadas de forma livre e sem muito controle. Costumam correr pelas imediações do Parque, subir em árvores e brincar entre si. Tais práticas sociais demonstram distinções em relação à cultura branca, em que as divisões de funções e obrigações não mais se relacionam ao gênero, havendo uma alternância de papéis entre as atividades de homens e mulheres.

Os Pataxó se recolhem ao anoitecer e apenas em datas especiais montam uma fogueira para iluminar o ambiente. Para os rituais, os Pataxó construíram, ao lado da escola, um quiosque circular que favorece o movimento da sua dança. Mais para dentro do Parque está o Museu do Índio que atualmente encontra-se desativado, mas, segundo afirmam, o Governo Federal já disponibilizou uma verba para a sua reforma. Existem também, no local, cabanas destinadas à comercialização do artesanato. São estruturas pequenas, feitas de forma muito simples com coberturas de palha e sem fechamento lateral. Nelas, as índias vendem os seus produtos aos visitantes. Em geral, são colares, pulseiras, pentes, arco e flecha, gamelas, todos confeccionados em madeira e enfeitados com penas de galinha tingidas e sementes de diversas tonalidades. A maior parte da matéria-prima utilizada vem da Reserva. Esse comércio possibilita à comunidade gerar recursos para a sua sobrevivência.

A descrição da aldeia Pé do Monte nos possibilita conhecer de maneira mais detalhada o lugar em que a comunidade vive atualmente e, assim contribui no estudo sobre a sua formação identitária na medida em que acreditamos que as disposições locais influenciam a sua organização social e a sua constituição particular.

Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, situado no extremo sul da Bahia, no município de Porto Seguro, tem a primeira porção de terra do Brasil descoberta pelos navegadores portugueses. Nas primeiras décadas da colonização portuguesa, os povos indígenas se faziam ali presentes.

A Unidade de Conservação foi criada em 1961 com o desígnio de conservar os ecossistemas que se principiam na beira da praia até limites geográficos, que cercam o Monte Pascoal, resguardando todo o recinto natural da região deste marco histórico. O parque, por apresentar em sua área a presença de indígenas desde antes de seu decreto de criação e, ultimamente, o governo está

verificando formas de gestão que considere as peculiaridades locais e as normas legais existentes.

Com seus 22.383 hectares, o parque possui uma área natural que oferece uma variedade de paisagens e belezas cênicas únicas, envolvendo a praia da Aldeia de Barra Velha com águas transparentes e a vegetação de restinga conservada, o manguezal, as florestas de restinga e as praias pluviais dos rios Cariavam e Corumbau, os campos de Mussurunga, único do extremo sul da Bahia, e uma das maiores biodiversidades do mundo, a Mata Atlântica, mais designadamente a floresta denominada Ombrófila Densa.

O Parque Nacional do Monte Pascoal é uma integração de conservação federal de proteção integral, aberta para visitante, situada no município de Porto Seguro. As atividades de visitação concretizadas no Parque submergem trilhas interpretativas e de subida ao Monte Pascoal, Núcleo de Visitantes, observação e vivência das manifestações culturais indígenas Pataxós que se posiciona na aldeia do Pé do Monte.

A aldeia do Pé do Monte fica situada no portão de entrada do Parque, faz jus ao seu sobrenome, já que se posiciona ao pé do Monte Pascoal, denominação dado ao cume da constituição geológica local, que simboliza, no imaginário brasileiro, o marco da chegada dos portugueses no Brasil. Vivem na comunidade 44 famílias, que tem bem como uma das profissões diárias, a operacionalização das atividades de visita.

Atualmente a aldeia pé do monte é um local onde todos os pataxós tem acesso livre para vender seus artesanatos e dali tirar seu sustento. Também ficou conhecido como um local de fortalecimento do mundo espiritual, ou seja, muitos guerreiros pataxó vão ali se fortalecer. Acreditamos que através do nosso monte sagrado podemos receber força dos nossos ancestrais.

Educação Indígena e Educação Escolar Indígena

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar característica, distinta, intercultural, multilíngue e comunitária, isso é definido pela legislação nacional que norteia a Educação Escolar Indígena. Adotando o regime de cooperação, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as políticas de Educação Escolar Indígena são

confiadas ao Ministério da Educação (MEC), isso em parceria com estados e municípios. A finalidade é a efetivação deste direito aos povos indígenas.

A democratização da educação é contínua, a comunidade é presente na escola e sua participação é intensa, as decisões são descentralizadas entre os membros da comunidade. O educador tem função mediadora nesse processo incentivando a interação social e as decisões conjuntas através da prática dos questionamentos.

O que se percebe, porém, é que na prática, a educação escolar tem sido deformadora para a maioria das famílias rurais, assim como para muitas comunidades indígenas. A passagem pela escola básica hoje, seria a única oportunidade de adquirir competências que lhes permitam eliminar os principais problemas internos, bem como, uma integração com a sociedade urbana.

Mas, infelizmente, o que vivenciamos são escolas que não cumprem com a função, provavelmente porque os seus conteúdos e métodos são disfuncionais e inadequados às necessidades do meio em que os jovens e as crianças vivem. Neste contexto, encontram-se a maioria dos índios Pataxó da Costa do Descobrimento, que lutam para serem atendidos com igualdade de direitos e respeitados nas suas diferenças.

Nesse método é levada em consideração a experiência concreta do aluno, com o conhecimento empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema tradicional de educação, e também, com os membros da família e da comunidade na qual vive o aluno e que podem fornecer-lhe ensinamentos sobre aquela realidade.

A metodologia aplicada, fundamentada em conhecimentos científicos, também visa à autonomia da comunidade através da educação, buscando junto aos educandos e de acordo com o interesse de cada comunidade, reflexões, questionamentos e possíveis soluções para sua comunidade.

As relações ético-culturais de cada comunidade são preservadas e a busca pela não interferência da cultura urbana ou a do não-índio é mantida. O que não quer dizer que essas comunidades devam ser alienadas, mas sim respeitadas em seus princípios e valores.

[...] as escolas têm sido, por muito tempo, um dos locais centrais nos quais vários grupos têm tentado construir noções de autoridade cultural e regular a forma pela qual as pessoas compreendem a si

próprias, sua relação com outras e seus ambientes sociais e físicos comuns. Essas histórias demonstram claramente que reduzir as escolas a simples “reflexos” significa suprimir o caráter construído e freqüentemente contestado da organização e da prática escolar. (SIMON, *apud* SILVA, 1995, p.62)

Assim, é através da educação escolar indígena que o educador, possibilita ao seu educando a interação com seu meio. Esse educador não é um mero transmissor de conhecimento, ele é capaz de desenvolver a curiosidade crítica, insatisfeita e indócil de seu educando, e deve antes de tudo reforçar sua insubmissão; porque educador e educando estão sempre em contínuo processo de construção e reconstrução.

Se educar é formar, deve haver respeito à natureza do ser humano. O educador “das aldeias” procura conhecer a realidade de seus alunos e respeitar seus limites, sem, no entanto, se eximir de suas responsabilidades em transformar os educandos em agentes críticos, questionadores de como o conhecimento é produzido e distribuído. Se utiliza, para isso, o diálogo, procurando o conhecimento significativo, crítico e emancipatório. Essa busca tem se mostrado a tônica de uma educação comprometida com a transformação das comunidades Pataxó onde se compartilha os ideais para a eliminação da exclusão social e da desigual distribuição da riqueza, da renda, do poder e do acesso ao conhecimento. Também se compartilha o compromisso com o desenvolvimento da própria comunidade e de sua própria memória histórica.

A implementação de políticas e concepções de progresso na educação escolar indígena significa, a capacidade de motivar e lidar com novas informações e programas distintos, construindo e formando os saberes do processo da sociedade envolvente para fortalecer os indígenas. Nesse significado, ressalto que a consolidação da legislação só será plausível se possuir uma consistência de políticas que contemple as pretensões e perspectivas dos povos indígenas, vinculados, além disso, ao projeto político pedagógico de suas escolas.

Os Princípios da Escola Indígena Pataxó Pé do Monte

Os princípios pedagógicos que norteiam a prática dos professores das escolas indígenas Pataxó estão expressos nas Diretrizes para

Política Nacional de Educação Escolar Indígena (MEC: 1993), reafirmados no Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (MEC: 1998).

A escola Pataxó Pé do Monte trabalha muito o desenvolvimento da sua cultura. A escola trabalha os costumes, as crenças, as tradições, como parte do seu currículo. Os pais educam os seus para trabalhar e atuar junto à comunidade, na defesa, conservação e proteção do seu território e costume.

O ensinar da escola indígena deve facilitar o ponto de vista do aluno através do conhecimento viabilizado pelo corpo docente, tendo como características uma escola: comunitária, intercultural, bilíngue, específica, diferenciada e globalizada, visto que a aprendizagem é social e resulta da própria vida. Isso significa que ela não ocorre isoladamente, se constrói simultaneamente ao desenvolvimento da pessoa humana e evolui em função das ações exercidas pelos sujeitos em seu contexto histórico-social.

A escola é comunitária porque é conduzida pela comunidade indígena de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. A comunidade tem a liberdade de participar da construção do projeto pedagógico da escola e decidir quanto ao calendário, à pedagogia e a todos os elementos usados para construir um currículo diferenciado e próprio.

A escola é específica de cada comunidade, de cada povo, por isso mesmo o projeto pedagógico deve ser de cada escola atendendo suas singularidades. É específica porque é concebida e planejada como reflexo das aspirações particulares de cada povo indígena.

A escola bilíngue é conhecida como acúmulos de conhecimentos, a educação de gerações mais novas, as representações simbólicas, a organização política, os projetos de futuro, enfim, a reprodução sociocultural das sociedades indígenas manifestadas através do uso de mais de uma língua.

Nessa concepção deve se enfatizar a importância de se preservar a cultura que mantém o elo com o passado demonstrando e valorizando as tradições das comunidades indígenas muitas vezes transmitidos por seus anciões em sua língua mãe. Para uma escola ser bilíngue não basta falar duas línguas, é preciso que haja antes de tudo, o respeito e a dignidade de cada pensamento étnico de acordo com seu contexto cultural, político e pedagógico.

A escola é intercultural porque reconhece e mantém a diversidade cultural e linguística, e abrange o conhecimento através do intercâmbio de conceitos e

culturas das diversas sociedades. Assim, traz personalidades culturais da educação tradicional à contemporânea de tal forma que sua dinâmica valorize a formação de conceitos “opcionais”.

[...] a interculturalidade não está num modelo que prioriza ora os conhecimentos acumulados pela sociedade ocidental, ora os conhecimentos produzidos pelas sociedades indígenas, mas na garantia de a escola ser um espaço que reflita a vida dos povos indígenas hoje, com as diferentes sociedades, com a possibilidade de ser integrada nos processos educativos de cada povo. (PAULA, 1999, p.13-14)

A interculturalidade se dá pelo reconhecimento da cultura indígena, em sua vivacidade cotidiana, no orgulho e na certeza de identidade de cada pessoa em seu grupo étnico. Levando a um cidadão ético, crítico e compreensivo capaz de entender os sistemas políticos que regem o país, podendo contribuir para uma sociedade melhor, partindo dos conhecimentos adquiridos na comunidade em sua diversidade cultural, crenças, ritos, costumes, tradições e políticas.

A escola do Pé do Monte tem como meta de trabalho estar sempre reconhecendo e trazendo os conhecimentos tradicionais como metodologia de ensino, levando sempre em conta os conselhos dos anciões. As professoras, mesmo aquelas que não são índia, sempre procuram respeitar as decisões da comunidade, e trabalha com o aluno a sua bagagem que cada um traz de casa. A Escola tem sempre muita preocupação com os alunos que sai da própria escola indígena para uma escola não indígena, porque ainda passa por discriminação e muitos encontram dificuldade para se adaptar à nova cultura.

Material para sala multisseriada

Na maioria das escolas indígenas de pequeno porte, as turmas são multisseriadas, pois por ter poucos alunos fica impossível formar turmas seriadas. Por existir poucas escolas nessa situação, a dificuldade de encontrar material específico para esse público é muito grande. Também podemos citar que há falta de interesse dos responsáveis pela educação escolar indígena, isso para procurar ajudar, propondo alternativas, para que possa melhorar o trabalho dos educadores. Por conta de todos esses problemas citadas, as escolas vêm passando por momentos difíceis.

A escola Pé do Monte procurou suporte para melhorar o aprendizado dos alunos, mas, como sabemos, é muito difícil encontrar material específico para sala multisseriada, principalmente voltado para valorização da cultura indígena, como é o nosso público. Quando se fala em material específico e diferenciado, ou seja, que atenda a nossa realidade, precisamos sempre estar lembrando que o ensino precisa ser agradável e lúdico para que melhor possamos integrar o aluno ao aprendizado.

O projeto PET – Conexão dos saberes procura discutir uma temática real muito frequente para as comunidades indígenas brasileiras e que é muito recorrente nas localidades atendidas por essa graduação, as escolas com salas compostas por mais de uma série. Atualmente, nós estamos trabalhando um livro voltado para a sala multisseriada que vai suprir as nossas necessidades pedagógicas e que leva em consideração as especificidades locais. O referido projeto tem como principal objetivo elaborar em conjunto com professores indígenas metodologia para ensino em sala de aula com mais de uma série.

A alfabetização nas sociedades indígenas e mesmo a continuidade desse processo de aquisição da escrita, tem recebido pouca atenção para as características singulares que são detentoras. Ensinar a ler e escrever nas sociedades indígenas depende dentre outras questões de um cuidado peculiar diante das especificidades da educação diferenciada.

As atividades propostas no livro dão às nossas crianças autonomia para construir novos saberes de forma contextualizada, capacidade para discutir situações vivenciadas no seu cotidiano e motivação para atuar como protagonistas e autores da própria história.

O material está dividido em 4 unidades onde são trabalhados temas transversais contextualizados. Em cada unidade as propostas são elaboradas por série, porém há sempre questões coletivas para atender a todos em uma sala multisseriada e questões específicas conforme o nível de aprendizado e séries respectivamente.

O livro didático está sendo baseado em estratégias de diferenciação de atividades, a serem realizadas em grupos, duplas e individuais, favorecendo as interações e co-aprendizagem entre as crianças, de acordo com o nível de aprendizagem em leitura e escrita. Nas turmas multisseriadas, um dos maiores desafios para o professor é, além de ter de lidar com a esperada diferença de ritmos e modos de apreensão do conhecimento pelas crianças, precisa ainda enfrentar as

possíveis dificuldade de ordem motivacional, em função das distintas faixas etárias numa mesma classe e conseguir planejar e organizar o ensino de maneira a assegurar a apropriação do sistema de escrita pelas crianças, além de garantir a progressão da aprendizagem dos que já são alfabetizados. Por isso, esse livro do projeto PET é tão importante para as escolas indígenas, uma vez que o trabalho é voltado exatamente para essas necessidades e peculiaridades que só as salas multisseriadas demandam.

Outro fator relevante é que além do estudo da língua portuguesa através do estudo dos diferentes gêneros, artes e movimento corporal, o livro contempla o ensino da língua materna, o Patxôhã. As atividades propostas são elaboradas pelos professores indígenas sob a orientação do professor pesquisador Tohõ Pataxó, seguindo o mesmo padrão de organização (em unidades, capítulos, etc). Sempre com o objetivo de integrar os diferentes saberes almejados em cada ano e ciclo de aprendizagem sem a fragmentação de conteúdos e metas, espera-se que com esse material, os professores consigam articular suas práticas pedagógicas, identificar os conhecimentos já alcançados pelas crianças e os que ainda precisam ser alcançados, avançando em sua progressão.

Quando o professor da turma multisseriada se depara com crianças de várias séries ou ciclos, com diferentes necessidades de aprendizagem, dividindo o mesmo espaço e a atenção deles, os docentes pensam que a solução é fazer planejamentos distintos para cada grupo. Em nossa escola não é muito diferente, porém com o livro didático do projeto PET, abre-se novas possibilidades de projetar nossa proposta pedagógica de forma contextualizada, proporcionando ao aluno uma maior flexibilidade na construção do pensamento crítico-reflexivo e participativo no processo de apropriação da leitura e da escrita.

A dinâmica de construção do livro didático deu-se da seguinte forma: O professor Doutor Francisco Vanderlei Ferreira da Costa veio até a Escola Indígena Pataxó Pé do Monte, conversou com os professores e apresentou o projeto. Em comum acordo, todos decidiram apoiar e colaborar com a construção do referido material. A partir dessa conversa, iniciaram-se os encontros periódicos para a construção do livro. Em cada encontro, os trabalhos eram divididos entre os professores de acordo com as turmas em que os mesmos atuavam. Os trabalhos em grupo eram produzidos pelos professores e revisados pelo professor Francisco. No decorrer do processo, durante as discussões, eram feitas muitas trocas de

experiências, e quando um grupo tinha dificuldade, pedia ajuda a outro, tornando assim o trabalho mais produtivo e dinamizado. Vale ressaltar ainda a importância da participação de alguns alunos na produção de desenhos para serem coletados e utilizados como ilustração para compor o material produzido. Há também a participação de uma aluna da escola que contribuiu com um poema de autoria própria. Neste texto, ela resalta as belezas da comunidade e faz alusão à história do povo pataxó.

Os capítulos do livro são constituídos de atividades impressas que visam a inserção da criança no universo da alfabetização e letramento, bem como o desenvolvimento de sua identidade e autonomia mediante a convivência diária no espaço de aprendizagem, atividades de arte utilizando material disponível da própria cultura pataxó (sementes, tinta de urucum e jenipapo dentre outros), atividades extraclasse, atividades com movimento corporal, incluindo a dança indígena e muitas outras peculiaridades da Educação Escolar Indígena.

Sentimo-nos felizes e orgulhosos em participar desse projeto lindo e tão necessário às escolas com classes multisseriadas, que valoriza exclusivamente as escolas indígenas e sua pedagogia de alternância. Agradecemos a parceria do Instituto Federal da Bahia – IFBA por ter nos proporcionado essa experiência ímpar em nossa caminhada docente. Certamente esse material contribuirá de forma positiva com o aprendizado de nossas crianças indígenas que são tão carentes de material didático específico. Agora juntos iremos torcer para que o idealizador desse projeto consiga realizar seu maior desejo: o de publicar essa obra que fora gerada a longo prazo, mas com todo carinho e dedicação dos professores indígenas.

Considerações finais

Toda a produção do material didático, somente tem valor, com a participação de nossa comunidade. Nesta parte, estamos confiantes, pois estamos construindo com qualidade um material que será muito útil para nossa escola e para outras escolas pataxó.

Referências Bibliográficas

ANGELO, Francisca Novantino P. de. A educação e a diversidade cultural. In: **Cadernos de Educação Escolar Indígena** — 3o. Grau Indígena. N. 01, Vol.01. Barra do Bugres:Unemat, págs.34-40, 2002.

ANGELO, Francisca Novantino P. de. Políticas educacionais com os povos indígenas. In: RAMOS, Marise Nogueira et al (orgs.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: MEC, págs. 105-109, 2003.

GAJARDO, M. **Pesquisa participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Educação em contexto de diversidade étnica: os povos indígenas no Brasil. In: RAMOS, Marise Nogueira et all (orgs.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. Brasília: MEC, págs.111-121,2003.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Um território ainda a conquistar. In: Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, págs. 33-55, 2004.